

Termo de Referência 127/2023

Informações Básicas

Número do artefato	UASG	Editado por	Atualizado em
127/2023	200406-DIRETORIA TECNICO-CIENTIFICA/DPF	BIANCA PROENCA	20/06/2024 11:25 (v 4.0)
Status			
ASSINADO			

Outras informações

Categoria	Número da Contratação	Processo Administrativo
II - compra, inclusive por encomenda/Bens permanentes		08201.000490/2023-94

1. Definição do objeto

1. CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO

1.1. Aquisição de 16 unidades de Espectrômetros de Infravermelho com Transformada de Fourier (FT-IR), que são equipamentos utilizados rotineiramente nas análises periciais de medicamentos controlados, agrotóxicos, tintas em documentos, explosivos, análises toxicológicas e substâncias diversas relacionadas a ilícitos penais, sendo também indispensáveis para as análises de certas drogas de abuso, nos termos da tabela 1, conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento.

Tabela 1 - Objeto da contratação.

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	CATMAT	UNIDADE DE MEDIDA	QUANTIDADE	VALOR UNITÁRIO (R\$)	VALOR TOTAL (R\$)
1	Espectrômetro de Infravermelho com Transformada de Fourier (FT-IR) com as características técnicas mínimas descritas no ANEXO I - Especificações Técnicas Garantidas	604065	Unidade	16	713.303,03	11.412.848,48
TOTAL						11.412.848,48

- 1.2. Os bens objeto desta contratação são caracterizados como comuns, conforme artigo 6, XIII, da Lei nº 14.133, de 2021.
- 1.3. O objeto desta contratação não se enquadra como sendo de bem de luxo, conforme Decreto nº 10.818, de 27 de setembro de 2021.
- 1.4. Em levantamento, foi concluído que o CATMAT que descreve da forma mais próxima o item a ser contratado é o CATMAT 604065, com nome de material "Espectrômetro".
- 1.5. O prazo de vigência da contratação é de 12 (doze) meses contados da confirmação do recebimento da nota de empenho, na forma do artigo 105 da Lei nº 14.133, de 2021.
- 1.6. O contrato oferece maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à vigência da contratação.

2. Fundamentação da contratação

2. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

2.1 Espectroscopia na região do Infravermelho

2.1.1 A espectroscopia na região do Infravermelho (IR: Infrared) é uma técnica de espectroscopia vibracional baseada em absorção molecular em que a energia, quando absorvida por uma determinada molécula, promove transições vibracionais e rotacionais. Essa região espectral pode ser subdividida em três: infravermelho próximo, NIR (NIR: Near Infrared), infravermelho médio, MIR (MIR: Middle Infrared), onde operam os equipamentos a serem adquiridos, e distante (FAR: Far Infrared) que estão contidas na faixa de 12800- 10 cm⁻¹. Em particular, as regiões MIR e NIR, que serão abordadas neste trabalho, fornecem informações a respeito de vibrações fundamentais, sobretons e combinações de vibrações fundamentais.

2.1.2 A grande vantagem da espectroscopia na região do IR reside no fato de que essa técnica analítica é extremamente versátil, capaz de analisar amostras nos três estados da matéria (gasoso, líquido e sólido) com o mínimo (ou nenhum) preparo de amostra. Após os cromatógrafos, os espectrômetros de IR são os equipamentos de maior procura para aplicação em indústrias, devido à facilidade de implementação, rapidez na aquisição de espectros e custo relativamente baixo no que diz respeito ao suporte e manutenção.

2.1.3 A região MIR é capaz de fornecer informações diretas a respeito dos grupos funcionais. Além disso, as absorções na região do MIR apresentam, em geral, maior intensidade, pois são provenientes das transições fundamentais. Por isso, é considerada uma técnica de “categoria A”, que fornecem o mais alto nível de seletividade através de informação estrutural das substâncias, pelo Scientific Working Group for the Analysis of Seized Drugs (SWGDRUG).

2.1.4 Os espectrofotômetros de FT-IR, com acessório de ATR, são de fácil utilização, normalmente exigem baixa preparação de amostras, as análises são não destrutivas e rápidas, duram poucos minutos.

2.1.5 Na área de química forense, os espectrofotômetros de FT-IR, são amplamente utilizados pelo seu custo-benefício, robustez e baixa necessidade de manutenção.

2.1.6 Na Polícia Federal, esses equipamentos têm sido nacionalmente utilizados pelos laboratórios de química forense desde 2006, como pode ser observado no histórico de uso dos mesmos, detalhados no item 7.2. No SEPLAB/DPLAD/INC/DITEC, os espectrofotômetros de FT-IR tem sido utilizados desde 1999.

2.2 Histórico de aquisição e situação dos equipamentos de FT-IR (infravermelho) de bancada na Polícia Federal

2.2.1 Entre 2006 e 2008 foram instalados 31 equipamentos de FT-IR de bancada adquiridos no escopo do Projeto PROMOTEC /PROAMAZÔNIA.

2.2.2 Apenas 08 (oito) equipamentos ainda permanecem em funcionamento, mas podem apresentar problemas sem possibilidade de conserto a qualquer momento, os demais já estão fora de serviço permanentemente.

2.2.3 Em dezembro de 2019 foi assinada a Ata do pregão de 29 (vinte e nove) equipamentos de FT-IR de bancada, os equipamentos foram instalados em 2020 e tem 5 (cinco) anos de garantia. A expectativa de vida útil desses equipamentos é de pelo menos 15 (quinze) anos.

2.2.5 Todos os equipamentos ainda permanecem em perfeito estado de funcionamento e em garantia.

2.2.6 As unidades SETEC/SR/PF/SC, SETEC/DPF/GRA/PR, NUTEC/DPF/UDI/MG, NUTEC/DPF/JFA/MG, NUTEC/DPF/PTS /RS adquiriram equipamentos de FT-IR com recursos e iniciativas próprias.

2.2.8 Estes equipamentos ainda permanecem em perfeito estado de funcionamento e os da marca Agilent em garantia.

2.4 Ademais, cumpre destacar que o único tipo de equipamento comercial que opera na região do infravermelho médio (MIR) são os espectrofotômetros de FT-IR, como os solicitados nesse processo. Hoje existem 42 unidades deles em funcionamento na Polícia Federal.

2.5. Nos últimos 24 anos de utilização de espectrofotômetros de FT-IR na Polícia Federal para análises periciais de rotina, esses equipamentos têm se mostrado extremamente úteis e indispensáveis para os laboratórios de química forense da Polícia Federal. Sendo junto com os equipamentos de cromatografia gasosa acoplada a espectrometria de massas (CG/EM), os dois principais

equipamentos utilizados nos exames de rotina desses laboratórios. As análises periciais de amostras questionadas, utilizando esses dois tipos de equipamentos, permite a identificação inequívoca e emissão de laudo definitivo de química forense de mais de 80% das solicitações de exames.

2.6. Por isso, um planejamento da DITEC/PF para aquisição nacional de espectrofotômetros de FT-IR é importantíssimo para que as unidades descentralizadas não corram o risco de ficarem sem os equipamentos à disposição.

2.7. Portanto, a estimativa das quantidades a serem contratadas de novos equipamentos de FT-IR levou em consideração os fatores elencados a seguir:

2.7.1. Necessidade de substituição dos equipamentos adquiridos no escopo do Projeto PROMOTEC/SR/PF/PROAMAZÔNIA: **7 equipamentos** que podem apresentar defeito a qualquer momento e não possuem contrato de garantia;

2.7.2. Necessidade de ampliação do número de equipamentos disponíveis devido a alta demanda de solicitações de exames, sendo que estas unidades possuem apenas um equipamento em funcionamento: **5 equipamentos**;

2.7.3. Necessidade de reposição de equipamentos em unidades que atualmente não possuem equipamento em funcionamento: **2 equipamentos**; e

2.7.4. Necessidade de disponibilização de equipamentos em novos laboratórios de unidades estratégicas da Polícia Federal: **2 equipamentos**.

2.8. Estima-se, portanto, **16 equipamentos** para suprir as necessidades da DITEC/PF.

2.9. O objeto da contratação está previsto no Plano de Contratações Anual 2023, conforme detalhamento a seguir:

I) ID PCA no PNCP: 00394494000136-0-000039/2023

II) Data de publicação no PNCP: 20/05/2023

III) Id do item no PCA: 54

IV) Classe/Grupo: 6640 - EQUIPAMENTOS E ARTIGOS DE LABORATÓRIO

V) Identificador da Futura Contratação: 200406-135/2022

3. Descrição da solução

3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERADO O CICLO DE VIDA DO OBJETO E ESPECIFICAÇÃO DO PRODUTO

3.1. A descrição da solução como um todo é o conjunto de todos os elementos necessários para, de forma integrada, gerar os resultados que atendam à necessidade que gerou a contratação, abrangendo a aquisição e instalação de equipamento Infravermelho (FT-IR), da seguinte forma:

3.1.1. Aquisição de equipamento Infravermelho (FT-IR), com acessórios, peças sobressalentes, estação de trabalho (que inclui software de controle e bibliotecas de licença permanente) para controle e operação do equipamento e no-break;

3.1.2. Entrega e instalação de equipamento FT-IR pelos técnicos da contratada acompanhados de servidores da unidade criminalística indicado pelo INC/DITEC/PF;

3.1.3. Treinamento para o uso do equipamento fornecido para até seis (6) peritos que serão previamente indicados, no local de instalação do equipamento. O treinamento deverá abranger no mínimo informações sobre todas as funcionalidades do equipamento fornecido, exercícios práticos de uso, manutenções preventivas e corretivas. A carga horária para realização do treinamento será de, no mínimo, 24h (vinte e quatro) horas por equipamento adquirido.

3.1.4. Garantia completa de 5 anos, incluindo partes, peças, serviços, deslocamentos e diárias. O fornecedor dará garantia ao(s) equipamento(s) ofertado(s), com assistência técnica in loco, ou seja, no local de uso do equipamento.

3.2. As especificações do objeto a ser contratado (Espectrômetro de Infravermelho com Transformada de Fourier (FT-IR)) estão descritas no ANEXO I - Especificações Técnicas Garantidas.

4. Requisitos da contratação

4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

Sustentabilidade:

4.1. As boas práticas de otimização de recursos, redução de desperdícios e menor poluição se pautam em alguns pressupostos e exigências:

4.1.1. Os bens devem ser, preferencialmente, acondicionados em embalagem individual adequada, com o menor volume possível, utilizando materiais recicláveis, de forma a garantir a máxima proteção durante o transporte e o armazenamento;

4.1.2. Racionalização do uso de substâncias potencialmente tóxico-poluente.

4.1.3. Substituição de substâncias tóxicas por outras atóxicas ou de menor toxicidade.

4.1.4. Racionalização/economia no consumo de energia (especialmente elétrica) e água.

4.1.5. Reciclagem/destinação adequada dos resíduos gerados nas atividades de limpeza, asseio e conservação.

4.1.6. Os materiais empregados deverão atender à melhor relação entre custos e benefícios, considerando-se os impactos ambientais, positivos e negativos, associados ao produto.

4.2. Que seja produzido sem utilização de trabalho escravo ou infantil, o que deverá ser feito mediante declaração do fabricante.

4.3. Que os bens não contenham substâncias perigosas em concentração acima da recomendada na diretiva RoHS (Restriction of Certain Hazardous Substances), tais como mercúrio (Hg), chumbo (Pb), cromo hexavalente (Cr(VI)), cádmio (Cd), bifenil-polibromados (PBBs), éteres difenilpolibromados (PBDEs).

4.4. A instalação e eventuais manutenções em garantia do equipamento pela empresa contratada deverão pautar-se sempre no uso racional de recursos e equipamentos, de forma a evitar e prevenir o desperdício de insumos e materiais consumidos bem como a geração excessiva de resíduos, a fim de atender às diretrizes de responsabilidade ambiental.

4.5. A empresa a ser contratada deverá instruir os seus empregados quanto à necessidade de racionalização de recursos no desempenho de suas atribuições, bem como das diretrizes de responsabilidade ambiental adotadas, autorizando a participação destes em eventos de capacitação e sensibilização promovidos pela contratante.

4.6. A empresa a ser contratada deverá retirar, sob orientação da Fiscalização do contrato, todos os materiais substituídos durante a realização instalação e eventuais manutenções, devendo apresentá-los à fiscalização para avaliação de reaproveitamento e/ou recolhimento a depósito indicado.

4.7. A empresa a ser contratada deve conduzir suas ações em conformidade com os requisitos legais e regulamentos aplicáveis, observando também a legislação ambiental para a prevenção de adversidades ao meio ambiente e à saúde dos trabalhadores e envolvidos na prestação dos serviços de instalação e eventuais manutenções.

Da exigência de amostra:

4.8. *Havendo o aceite da proposta quanto ao valor, o interessado classificado provisoriamente em primeiro lugar deverá apresentar amostra, que terá data, local e horário de sua realização divulgados por mensagem no sistema, cuja presença será facultada a todos os interessados, incluindo os demais fornecedores interessados.*

4.9. *Será exigida amostra do seguinte item para avaliação e validação:*

4.9.1. Item I - Espectrômetro de Infravermelho com Transformada de Fourier (FT-IR)

4.10. *A amostra poderá ser entregue no Serviço de Perícia de Laboratório – SEPLAB, localizado a SAIS Quadra 7 - Lote 23 - Edifício do Instituto Nacional de Criminalística – Setor Policial Sul, CEP 70610-902, no prazo limite de 30 (trinta) dias úteis, sendo que a empresa assume total responsabilidade pelo envio e por eventual atraso na entrega.*

4.10.1. O início da contagem do prazo de 15 dias úteis se dará no momento em que o pregoeiro registrar a informação no chat em favor do licitante detentor da melhor proposta.

4.11. *É facultada prorrogação o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada no chat pelo interessado, antes de findo o prazo.*

4.12. *No caso de não haver entrega da amostra ou ocorrer atraso na entrega, sem justificativa aceita, ou havendo entrega de amostra fora das especificações previstas, a proposta será recusada.*

4.13. A avaliação do equipamento será realizada pelo SEPLAB/DPLAD/INC/DITEC/PF, visto que possui laboratório e amostras adequadas para a prova do objeto.

4.14 A verificação da qualidade dar-se-á partir de análise que visem obedecer aos seguintes critérios:

1. Identificação de MDMA em comprimidos apreendidos;
2. Identificação de canabinóides presentes na planta Cannabis sativa;
3. Identificação de cocaína na presença de adulterantes, tais como: cafeína, benzocaína, lidocaína e amido;
4. Identificação de drogas sintéticas;
5. Identificação de fármacos em produtos farmacêuticos.

4.14.1. 02 (dois) servidores designados pelo chefe do SEPLAB realizarão análises mencionadas no item 4.8 do presente TR, cabendo a estes servidores avaliar a eficácia do equipamento frente ao observado nas amostras, emitindo um relatório técnico com os resultados obtidos que ficará a disposição das empresas participantes do pregão eletrônico.

4.14.2. A comprovação dos resultados será feita por intermédio da demonstração real nas bibliotecas instaladas. A taxa de correlação (Hit Quality) mínima exigida é de 70% (setenta por cento) com os espectros dispostos nas bibliotecas para cada ensaio realizado.

4.14.3. Para ser considerado como APROVADO, o equipamento enviado como amostra pelo licitante deve apresentar 100% de conformidade nos testes/itens examinados.

4.15. *Os resultados das avaliações serão divulgados por meio de mensagem no sistema.*

4.16. *Se a(s) amostra(s) apresentada(s) pelo primeiro classificado não for(em) aceita(s), será analisada a aceitabilidade da proposta ou lance ofertado pelo segundo classificado. Seguir-se-á com a verificação da(s) amostra(s) e, assim, sucessivamente, até a verificação de uma que atenda às especificações constantes neste Termo de Referência.*

4.17. ***Os exemplares colocados à disposição da Administração serão tratados como protótipos, podendo ser manuseados e desmontados pela equipe técnica responsável pela análise, não gerando direito a ressarcimento.***

4.18. *Após a divulgação do resultado final do certame, as amostras entregues deverão ser recolhidas pelos fornecedores no prazo de 30 (trinta) dias, após o qual poderão ser descartadas pela Administração, sem direito a ressarcimento.*

4.19. *Os interessados deverão colocar à disposição da Administração todas as condições indispensáveis à realização de testes e fornecer, sem ônus, os manuais impressos em língua portuguesa, necessários ao seu perfeito manuseio, quando for o caso.*

Da exigência de carta de solidariedade:

4.20. Em caso de fornecedor revendedor ou distribuidor, será exigida carta de solidariedade emitida pelo fabricante, que assegure a execução do contrato.

Subcontratação:

4.21. Não é admitida a subcontratação do objeto contratual.

Garantia da contratação:

4.22. *Não haverá exigência da garantia da contratação dos artigos 96 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021, por tratar-se de compra de equipamentos, visto que o objeto será cumprido no momento da entrega dos itens e o pagamento realizado somente após o recebimento definitivo do objeto.*

5. Modelo de execução do objeto

5. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

Condições de Entrega

5.1. O prazo de entrega dos bens é de 90 (noventa) dias, contados da confirmação de recebimento da Ordem de Fornecimento, em remessas a serem definidas quando da assinatura do contrato, nos endereços relacionados no subitem 5.1.2 deste documento.

5.1.1. Em virtude de remanejamento de peritos e de material entre as unidades da Criminalística Federal, o quantitativo de equipamentos a ser entregue em cada um dos endereços elencados será confirmado quando da assinatura do contrato.

5.1.2. Os bens deverão ser entregues nos seguintes endereços, conforme tabela 2:

Tabela 2 - Unidades contempladas e respectivos endereços para entrega.

UF	Unidade	Endereço	Quantidade de equipamentos
DF	SEPLAB	Instituto Nacional de Criminalística Serviço de Perícias em Laboratório SPO lote 07 - Edifício INC Setor Policial Sul Brasília - DF 70610-902	3
DF	SEPGEO	Instituto Nacional de Criminalística Setor de Perícias em Geologia SPO lote 07 - Edifício INC Setor Policial Sul Brasília - DF 70610-902	1
MS	SETEC/MS	Superintendência Regional de Polícia Federal no Mato Grosso do Sul Setor Técnico-Científico Rua Fernando Luiz Fernandes, 322 Vila Sobrinho Campo Grande - MS 79110-901	1
PA	SETEC/PA	Superintendência Regional de Polícia Federal no Pará Setor Técnico-Científico Av. Almirante Barroso, 3251 Souza Belém - PA 66613-710	1
PR	NUTEC/FIG/PR	Delegacia de Polícia Federal em Foz do Iguaçu Núcleo Técnico-Científico Av. Paraná, 3471 Jardim Polo Centro Foz do Iguaçu - PR 85863-720	1
PR	SETEC/PR	Superintendência Regional de Polícia Federal no Paraná Setor Técnico-Científico Rua Professora Sandália Monzon, 210 Santa Cândida Curitiba - PR 82640-040	1
RJ	SETEC/RJ	Superintendência Regional de Polícia Federal no Rio de Janeiro Setor Técnico-Científico Av. Rodrigues Alves, 1 - 2º andar Centro Rio de Janeiro - RJ 20081-250	1
RO	SETEC/RO	Superintendência Regional de Polícia Federal em Rondônia Setor Técnico-Científico Av. Lauro Sodré, 2905 Tanques Porto Velho - RO 76802-449	1

RS	SETEC/RS	Superintendência Regional de Polícia Federal no Rio Grande do Sul Setor Técnico-Científico Av. Ipiranga, 1365 - 8º andar Azenha Porto Alegre - RS 90160-093	1
SE	SETEC/SE	Superintendência Regional de Polícia Federal em Sergipe Setor Técnico-Científico Av. Augusto Franco, 2260 Siqueira Campos Aracaju - SE 49075-100	1
SP	SETEC/SP	Superintendência Regional de Polícia Federal em São Paulo Setor Técnico-Científico Rua Hugo D'Antola nº 95 - 10º andar Lapa de Baixo São Paulo - SP 05038-090	2
SP	NUTEC/PDE	Delegacia de Polícia Federal em Presidente Prudente Núcleo Técnico-Científico Avenida Luiz Cezário, 380 Jardim Colina Presidente Prudente - SP 19061-145	1
TO	SETEC/TO	Superintendência Regional de Polícia Federal no Tocantins Setor Técnico-Científico Av. Joaquim Teotônio Segurado, Quadra 302 Norte, QI 01, Lote 02 Plano diretor norte Palmas - TO 77006-332	1

5.1.3. Caso não seja possível a entrega na data assinalada, a empresa deverá comunicar as razões respectivas com pelo menos 30 (trinta) dias de antecedência para que qualquer pleito de prorrogação de prazo seja analisado, ressalvadas situações de caso fortuito e força maior.

Garantia, manutenção e assistência técnica

5.2. O prazo de garantia contratual dos bens, complementar à garantia legal, é de, no mínimo, 60 (sessenta) meses, ou pelo prazo fornecido pelo fabricante, se superior, contado a partir do primeiro dia útil subsequente à data do recebimento definitivo do objeto.

5.3. A garantia será prestada com vistas a manter os equipamentos fornecidos em perfeitas condições de uso, sem qualquer ônus ou custo adicional para o Contratante.

5.4. A garantia abrange a realização da manutenção corretiva dos bens pelo próprio Contratado, ou, se for o caso, por meio de assistência técnica autorizada, de acordo com as normas técnicas específicas.

5.5. Entende-se por manutenção corretiva aquela destinada a corrigir os defeitos apresentados pelos bens, compreendendo a substituição de peças, a realização de ajustes, reparos e correções necessárias.

5.6. As peças que apresentarem vício ou defeito no período de vigência da garantia deverão ser substituídas por outras novas, de primeiro uso, e originais, que apresentem padrões de qualidade e desempenho iguais ou superiores aos das peças utilizadas na fabricação do equipamento.

5.7. Uma vez notificado, o Contratado realizará a reparação ou substituição dos bens que apresentarem vício ou defeito no prazo de até 30 (trinta) dias úteis, contados a partir da data de retirada do equipamento das dependências da Administração pelo Contratado ou pela assistência técnica autorizada.

5.7.1. Após abertura notificação o Contratado terá o prazo de 30 (trinta) dias para, se for o caso, retirar o equipamento das dependências da Administração para realização da manutenção.

5.8. O prazo indicado no subitem anterior, durante seu transcurso, poderá ser prorrogado uma única vez, por igual período, mediante solicitação escrita e justificada do Contratado, aceita pelo Contratante.

5.9. Na hipótese do subitem acima, o Contratado deverá disponibilizar equipamento equivalente, de especificação igual ou superior ao anteriormente fornecido, para utilização em caráter provisório pelo Contratante, de modo a garantir a continuidade dos trabalhos administrativos durante a execução dos reparos.

5.10. Decorrido o prazo para reparos e substituições sem o atendimento da solicitação do Contratante ou a apresentação de justificativas pelo Contratado, fica o Contratante autorizado a contratar empresa diversa para executar os reparos, ajustes ou a substituição do bem ou de seus componentes, bem como a exigir do Contratado o reembolso pelos custos respectivos, sem que tal fato acarrete a perda da garantia dos equipamentos.

5.11. O custo referente ao transporte dos equipamentos cobertos pela garantia será de responsabilidade do Contratado.

5.12. A garantia legal ou contratual do objeto tem prazo de vigência próprio e desvinculado daquele fixado no contrato, permitindo eventual aplicação de penalidades em caso de descumprimento de alguma de suas condições, mesmo depois de expirada a vigência contratual.

6. Modelo de gestão do contrato

6. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

6.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

6.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

6.3. As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

6.4. O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

6.5. Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, o órgão ou entidade poderá convocar o representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução da contratada, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros

Fiscalização

6.6. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, caput).

Fiscalização Técnica

6.7. O fiscal técnico do contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, VI);

6.7.1. O fiscal técnico do contrato anotará no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados. (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, §1º, e Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, II);

6.7.2. Identificada qualquer inexecução ou irregularidade, o fiscal técnico do contrato emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, III);

6.7.3. O fiscal técnico do contrato informará ao gestor do contato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, IV).

6.7.4. No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprazadas, o fiscal técnico do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, V).

6.7.5. O fiscal técnico do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à renovação tempestiva ou à prorrogação contratual (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, VII).

6.8. O fiscal técnico do contrato verificará a manutenção das condições de habilitação da contratada, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário (Art. 23, I e II, do Decreto nº 11.246, de 2022).

6.8.1. Caso ocorram descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal técnico do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência; (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 23, IV).

Gestor do Contrato

6.9. O gestor do contrato coordenará a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, IV).

6.10. O gestor do contrato acompanhará os registros realizados pelos fiscais do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, II).

6.11. O gestor do contrato acompanhará a manutenção das condições de habilitação da contratada, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotar os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, III).

6.12. O gestor do contrato emitirá documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, VIII).

6.13. O gestor do contrato tomará providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, X).

6.14. O gestor do contrato deverá elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, VI).

6.15. O gestor do contrato deverá enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão nos termos do contrato.

7. Critérios de medição e pagamento

7. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E DE PAGAMENTO

Recebimento

7.1. Os bens serão recebidos provisoriamente, de forma sumária, no ato da entrega, juntamente com a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, pelo(a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta.

7.2. Os bens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, inclusive antes do recebimento provisório, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de 45 (quarenta e cinco) dias, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

7.3. O recebimento definitivo ocorrerá no prazo de 05 (cinco) dias, contados da finalização da capacitação para utilização do sistema, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação mediante termo detalhado. Tal prazo está vinculado a instalação e capacitação para utilização dos equipamentos pela contratada, em cada uma das unidades descritas no subitem 5.1.2.

7.4. Na hipótese de a verificação a que se refere o subitem anterior não ser procedida dentro do prazo fixado, reputar-se-á como realizada, consumando-se o recebimento definitivo no dia do esgotamento do prazo.

7.5. O prazo para recebimento definitivo poderá ser excepcionalmente prorrogado, de forma justificada, por igual período, quando houver necessidade de diligências para a aferição do atendimento das exigências contratuais.

7.6. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021, comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal no que pertine à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.

7.7. O prazo para a solução, pelo contratado, de inconsistências na execução do objeto ou de saneamento da nota fiscal ou de instrumento de cobrança equivalente, verificadas pela Administração durante a análise prévia à liquidação de despesa, não será computado para os fins do recebimento definitivo.

7.8. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança do serviço nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

Liquidação

7.9. Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de dez dias úteis para fins de liquidação, na forma desta seção, prorrogáveis por igual período, nos termos do art. 7º, §2º da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77/2022.

7.9.1. Caso a nota fiscal acompanhe o equipamento esta será considerada recebida na data do recebimento definitivo pela Administração.

7.9.2. O prazo de que trata o item 7.9 será reduzido à metade, mantendo-se a possibilidade de prorrogação, no caso de contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021.

7.10. Para fins de liquidação, o setor competente deverá verificar se a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente apresentado expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

7.10.1. o prazo de validade;

7.10.2. a data da emissão;

7.10.3. os dados do contrato e do órgão contratante;

7.10.4. o período respectivo de execução do contrato;

7.10.5. o valor a pagar; e

7.10.6. eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

7.11. Havendo erro na apresentação da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao contratante;

7.12. A nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente deverá ser obrigatoriamente acompanhado da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei nº 14.133, de 2021.

7.13. A Administração deverá realizar consulta ao SICAF para: a) verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital; b) identificar possível razão que impeça a participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, que implique proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas (INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 3, DE 26 DE ABRIL DE 2018).

7.14. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do contratante.

7.15. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

7.16. Persistindo a irregularidade, o contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao contratado a ampla defesa.

7.17. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o contratado não regularize sua situação junto ao SICAF.

Prazo de pagamento

7.18. O pagamento será efetuado no prazo de até 10 (dez) dias úteis contados da finalização da liquidação da despesa, conforme seção anterior, nos termos da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77, de 2022.

7.19. No caso de atraso pelo Contratante, os valores devidos ao contratado serão atualizados monetariamente entre o termo final do prazo de pagamento até a data de sua efetiva realização, mediante aplicação do índice Índice de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA de correção monetária.

Forma de pagamento

7.20. O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado.

7.21. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

7.22. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

7.22.1. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

7.23. O contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

Cessão de crédito

7.24. É admitida a cessão fiduciária de direitos creditícios com instituição financeira, nos termos e de acordo com os procedimentos previstos na Instrução Normativa SEGES/ME nº 53, de 8 de Julho de 2020, conforme as regras deste presente tópico.

7.24.1. *As cessões de crédito não fiduciárias dependerão de prévia aprovação do contratante.*

7.25. A eficácia da cessão de crédito, de qualquer natureza, em relação à Administração, está condicionada à celebração de termo aditivo ao contrato administrativo.

7.26. Sem prejuízo do regular atendimento da obrigação contratual de cumprimento de todas as condições de habilitação por parte do contratado (cedente), a celebração do aditamento de cessão de crédito e a realização dos pagamentos respectivos também se condicionam à regularidade fiscal e trabalhista do cessionário, bem como à certificação de que o cessionário não se encontra impedido de licitar e contratar com o Poder Público, conforme a legislação em vigor, ou de receber benefícios ou incentivos fiscais ou creditícios, direta ou indiretamente, conforme o art. 12 da Lei nº 8.429, de 1992, tudo nos termos do Parecer JL-01, de 18 de maio de 2020.

7.27. O crédito a ser pago à cessionária é exatamente aquele que seria destinado à cedente (contratado) pela execução do objeto contratual, restando absolutamente incólumes todas as defesas e exceções ao pagamento e todas as demais cláusulas exorbitantes ao direito comum aplicáveis no regime jurídico de direito público incidente sobre os contratos administrativos, incluindo a

possibilidade de pagamento em conta vinculada ou de pagamento pela efetiva comprovação do fato gerador, quando for o caso, e o desconto de multas, glosas e prejuízos causados à Administração. (INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 53, DE 8 DE JULHO DE 2020 e Anexos).

7.28. A cessão de crédito não afetará a execução do objeto contratado, que continuará sob a integral responsabilidade do contratado.

8. Critérios de seleção do fornecedor

8. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR

Forma de seleção e critério de julgamento da proposta

8.1. O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de LICITAÇÃO, na modalidade PREGÃO, sob a forma ELETRÔNICA, com adoção do critério de julgamento pelo MENOR PREÇO.

Forma de fornecimento

8.2. O fornecimento do objeto será integral.

Exigências de habilitação

8.3. Para fins de habilitação, deverá o licitante comprovar os seguintes requisitos:

Habilitação jurídica

8.4. **Pessoa física:** cédula de identidade (RG) ou documento equivalente que, por força de lei, tenha validade para fins de identificação em todo o território nacional;

8.5. **Empresário individual:** inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

8.6. **Microempreendedor Individual - MEI:** Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor> ;

8.7. **Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI:** inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

8.8. **Sociedade empresária estrangeira:** portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020.

8.9. **Sociedade simples:** inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

8.10. **Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária:** inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz

8.11. **Sociedade cooperativa:** ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, além do registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro 1971.

8.12. **Agricultor familiar:** Declaração de Aptidão ao Pronaf – DAP ou DAP-P válida, ou, ainda, outros documentos definidos pela Secretaria Especial de Agricultura Familiar e do Desenvolvimento Agrário, nos termos do art. 4º, §2º do Decreto nº 10.880, de 2 de dezembro de 2021.

8.13. **Produtor Rural:** matrícula no Cadastro Específico do INSS – CEI, que comprove a qualificação como produtor rural pessoa física, nos termos da Instrução Normativa RFB n. 971, de 13 de novembro de 2009 (arts. 17 a 19 e 165).

8.14. Ato de autorização para o exercício da atividade de venda de produtos controlados pela Polícia Federal - Certificado de registro cadastral - CRC ou Certificado de Licença de Funcionamento- emitido pela Polícia Federal, *nos termos da Lei nº 10.357 /01 e Portaria do MJSP nº 240/2019.*

8.15. Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

Habilitação fiscal, social e trabalhista

8.16. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;

8.17. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.

8.18. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

8.19. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;

8.20. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes *Estadual/Distrital ou Municipal/Distrital* relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

8.21. Prova de regularidade com a Fazenda [Estadual/Distrital] ou [Municipal/Distrital] do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;

8.22. Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos *Estadual/Distrital ou Municipal/Distrita* relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.

8.23. O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

Qualificação Econômico-Financeira

8.24. Certidão negativa de insolvência civil expedida pelo distribuidor do domicílio ou sede do licitante, caso se trate de pessoa física, desde que admitida a sua participação na licitação (art. 5º, inciso II, alínea “c”, da Instrução Normativa Seges/ME nº 116, de 2021), ou de sociedade simples;

8.25. Certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor - Lei nº 14.133, de 2021, art. 69, caput, inciso II);

Qualificação Técnica

8.26. *Registro ou inscrição da empresa na entidade profissional competente, em plena validade;*

8.27. *Comprovação de aptidão para o fornecimento de bens similares de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior com o objeto desta contratação, ou com o item pertinente, por meio da apresentação de certidões ou atestados, por pessoas jurídicas de direito público ou privado, ou regularmente emitido(s) pelo conselho profissional competente, quando for o caso.*

8.27.1. *Para fins da comprovação de que trata este subitem, os atestados deverão dizer respeito a contratos executados com as seguintes características mínimas:*

8.27.1.1. *Fornecimento de pelo menos 25% equipamentos com tecnologia e especificações similares.*

8.27.2. *Será admitida, para fins de comprovação de quantitativo mínimo, a apresentação e o somatório de diferentes atestados executados de forma concomitante.*

8.27.3. *Os atestados de capacidade técnica poderão ser apresentados em nome da matriz ou da filial do fornecedor.*

8.27.4. O fornecedor disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados, apresentando, quando solicitado pela Administração, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual da contratante e local em que foi executado o objeto contratado, dentre outros documentos.

9. Estimativas do Valor da Contratação

Valor (R\$): 11.412.848,48

9. ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

9.1. O custo estimado total da contratação é de R\$ 11.412.848,48 (onze milhões quatrocentos e doze mil oitocentos e quarenta e oito reais e quarenta e oito centavos), conforme custos unitários apostos na Tabela constante do item 1.1.

10. Adequação orçamentária

10. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

10.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral da União.

10.2. A contratação será atendida pela seguinte dotação:

I) Gestão/Unidade: 200406 - DITEC/PF

II) Fonte de Recursos: 1000

III) Programa de Trabalho: 06122003220000001

IV) Elemento de Despesa: 449052

V) Plano Interno: PF99900AG23

10.3. A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

11. Sistema de Registro de Preços

11. SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS

11.1. O uso do Sistema de Registro de Preços (SRP) se justifica pelo atendimento ao disposto no inciso V, art. 3º do Decreto nº 11.462/2023: "quando, pela natureza do objeto, não for possível definir previamente o quantitativo a ser demandado pela Administração".

11.2. A adoção da modalidade de SRP se aplica pelas seguintes razões:

11.2.1. permitirá a Administração contratar na medida de suas necessidades e urgências;

11.2.2. assegurará maior flexibilidade na contratação administrativa;

11.2.3. possibilitará que outras unidades e órgãos participem da mesma ata de registro de preços, adquirindo em conjunto o produto para o prazo de até um ano.

11.3. Faz-se entender que a utilização do SRP está justificada. A Administração Pública está indicando o objeto que pretende adquirir, e informando quantitativos estimados e máximos pretendidos. Ressalta-se que, diferentemente da licitação convencional, não há compromisso assumido de contratação, nem mesmo utilização dos quantitativos estimados. O SRP constitui importante instrumento de gestão, notadamente quando as demandas são de difícil mensuração.

11.4. A opção pelo SRP tem como um de seus objetivos principais o princípio da Economicidade, que em termos práticos significa ganhos de economia de recursos financeiros, uma vez que a aquisição/contratação poderá ser gradativa, por item ou grupo de itens, de acordo com a necessidade da Administração.

11.5. Por motivo de urgência no processo de contratação, este processo de aquisição não ficará aberto para adesão de outras UASGs.

11.6. A validade da ata de registro de preços poderá ser de até 12 meses, podendo ou não ser prorrogada, a critério da administração, conforme art. 12 do Decreto nº 7.892/13.

11.7. A Administração realizará pesquisa de mercado de periodicamente, em intervalos não superiores a 180 (cento e oitenta dias), a fim de verificar a vantajosidade dos preços registrados na Ata.

11.8. Os preços registrados poderão ser revistos em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo do objeto registrado, cabendo à Administração promover as negociações junto ao(s) fornecedor(es).

11.9. O fornecedor que não aceitar reduzir o preço ao valor praticado pelo mercado será liberado do compromisso assumido, sem aplicação de penalidade.

11.9.1. A ordem de classificação dos fornecedores que aceitarem reduzir seus preços aos valores de mercado observará a classificação original.

11.10. O descumprimento da ata de registro de preços ensejará aplicação das penalidades previstas no Edital.

11.11. É da competência do órgão gerenciador a aplicação das penalidades decorrentes do descumprimento do pactuado na ata de registro de preço, exceto nas hipóteses em que o descumprimento disser respeito às contratações dos órgãos participantes, caso no qual caberá ao respectivo órgão participante a aplicação da penalidade.

11.12. O órgão participante deverá comunicar ao órgão gerenciador qualquer das ocorrências previstas no art. 28 do Decreto nº 11.462/2023, dada a necessidade de instauração de procedimento para cancelamento do registro do fornecedor.

11.13. As condições gerais do fornecimento, tais como prazos de entrega e recebimento do objeto, as obrigações da Administração e do fornecedor registrado, penalidades e demais condições de ajuste, encontram-se definidos neste Termo de Referência.

11.14. Recomenda-se que as áreas responsáveis pelo gerenciamento da ata de registro de preços observem os procedimentos implantados pelo Decreto nº 9.488/2018, bem como as orientações exaradas pela Secretaria de Gestão do Ministério da Economia constantes no endereço: <https://www.comprasgovernamentais.gov.br/index.php/noticias/1005-irp-noticia>, com a finalidade de evitar quaisquer irregularidades no ato da concessão de adesão à futura Ata de Registro de Preços.

12. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

ROBERTO REIS MONTEIRO NETO

Autoridade competente

MAURICIO LEITE VIEIRA

Chefe do SEPLAB/DPLAD/INC/DITEC/PF



Assinou eletronicamente em 18/06/2024 às 14:14:47.

BIANCA PROENCA

Perita Criminal Federal



Assinou eletronicamente em 18/06/2024 às 13:27:15.

LUIZA NICOLAU BRANDAO CALDAS

Perita Criminal Federal



Assinou eletronicamente em 20/06/2024 às 11:25:15.

CAMILA RAMOS CABRAL

Integrante Administrativo



Assinou eletronicamente em 18/06/2024 às 14:49:19.

Lista de Anexos

Atenção: Apenas arquivos nos formatos ".pdf", ".txt", ".jpg", ".jpeg", ".gif" e ".png" enumerados abaixo são anexados diretamente a este documento.

- Anexo I - Anexo I - Especificacoes Tecnicas Garantidas.pdf (131.15 KB)

**Anexo I - Anexo I - Especificacoes Tecnicas
Garantidas.pdf**

ANEXO I

Especificações Técnicas Garantidas

Espectrômetro de Infravermelho com Transformada de Fourier (FT-IR) com as seguintes características técnicas mínimas:

- a. Equipamento com sistema óptico selado e presença de agente dessecante;
- b. Componentes ópticos, como janelas e divisor de feixes, elaborados em ZnSe (Seleneto de Zinco) ou material alternativo não-higroscópico. Serão aceitos componentes óticos alternativos somente se a oferta contemplar garantia mínima de 10 anos contra defeitos ou danos por umidade nestes componentes, incluindo partes, peças, serviços, deslocamentos e diárias;
- c. Faixa espectral – 5100 a 600 cm^{-1} ;
- d. Exatidão de número de onda – 0,1 cm^{-1} em 2000 cm^{-1} ;
- e. Razão sinal/ruído: 40.000:1, pico a pico, 1 minuto de medição a uma resolução de 4 cm^{-1} ;
- f. Detector: DTGS ou DLaTGS;
- g. Faixa de temperatura de uso: 15°C a 35°C;
- h. Laser: De estado sólido com 10 anos de garantia incluindo partes, peças, serviços, deslocamentos e diárias;
- i. Acessórios de amostragem:
 1. ATR com cristal de diamante monolítico, apresentando 10 anos de garantia, incluindo partes, peças, serviços, deslocamentos e diárias;
 2. ATR multi-reflexão para análise de líquidos;
- l. Fonte: Infravermelho médio (4000 – 400 cm^{-1}) com 10 anos de garantia incluindo partes, peças, serviços, deslocamentos e diárias;
- m. Módulo do Interferômetro: óptica própria para infravermelho médio, resistente a umidade, com 10 anos de garantia incluindo partes, peças, serviços, deslocamentos e diárias;
- n. Comunicação com PC via porta USB 2.0 e/ou LAN;
- o. Padrão interno de filme de poliestireno rastreável a padrão NIST;
- p. Fonte externa 110V – 220V / 60Hz.

Programas de computador:

- a. Plataforma única que incorpore as principais funções do equipamento, dentre as quais:
 1. Controle do equipamento;
 2. Detecção automática de acessórios de aquisição;
 3. Aquisição de espectros;
 4. Processamento de espectros, conversões e correções (correção de ATR, correção de linha base, etc.);
 5. Emissão de relatórios;
 6. Busca em bibliotecas eletrônicas (bibliotecas comerciais, SWGDRUG, RESPONSE e as criadas pelo próprio usuário) com capacidade de busca multicomponentes de misturas complexas fornecendo o percentual de contribuição espectral de cada componente, em processamento utilizando a CPU da estação de trabalho (ex. CPU Core i5), ou sobre a placa gráfica (GPU) dedicada Off-Board (nas especificações do item “Estação de Trabalho”);
 7. Interpretação de espectros;
 8. Compatibilidade de importação de bibliotecas não comerciais, como as bibliotecas da SWGDRUG e da RESPONSE pelo usuário;
 9. Criação de biblioteca pelos próprios usuários, permitindo inclusão, edição e exclusão de dados;
 10. Realização de busca de determinada substância em suas bibliotecas, possibilitando a busca por palavra-chave;
 11. Controle de acesso por senha;

13. Rotinas de validação e calibração do equipamento com documentação dos testes rastreados de fábrica e programa gerador de relatórios de performance e tendência do instrumento;
15. Aplicativo para quantificação quimiométrica com calibração por algoritmos Beer-Lambert e CLS e predição por PLS e PCA.
16. Compatível com Windows® 8 e 10;
17. Upgrade gratuito para futuros sistemas operacionais Windows.
18. Bibliotecas comerciais (não gratuitas) confiáveis, disponibilizadas pelo próprio fabricante, com licença permanente (não pode ser na forma de assinatura periódica) e atualizações inclusas de 3 anos apresentando mínimo de 4.000 espectros em resolução mínima de 4 cm^{-1} , contemplando espectros do Laboratório Forense de Crimes do Estado da Georgia, além de espectros de substâncias de interesse forense como, por exemplo, cocaína e derivados, canabinóides de origem natural, canabinóides sintéticos, LSD, anfetaminas e derivados, pesticidas, fármacos, agentes tóxicos, piperazinas, aminoindanos, triptaminas, catinonas sintéticas, feniletilaminas e derivados. Exemplos de bibliotecas que se enquadram nesse item: Georgia State Forensic Drug, Aldrich, Toronto Forensic e Tic-Tac.
19. Além das bibliotecas mencionadas no item anterior, bibliotecas espectrais ATR-FTIR atualizadas da S.T. Japan em resolução mínima de 4 cm^{-1} listadas abaixo (ou versões atualizadas delas):
 - I. Pesticides Spectra Database (L30012): 3.211 espectros de substâncias pesticidas, incluindo inseticidas, herbicidas, algicidas e fungicidas;
 - II. Forensic Spectra Database (L30014): 3.770 espectros de compostos de interesse forense;
 - III. White Powders (L30023): 714 espectros de pós brancos disponíveis comercialmente e substâncias químicas brancas;
 - IV. Hazardous Spectra Database (L30017) 6.698 ATR-FTIR espectros de substâncias químicas incluídas no banco de dados CAMEO da EPA para emergências químicas e no banco de dados de informações de resposta a perigos químicos da Guarda Costeira dos Estados Unidos (USCG Chris Hazardous Chemicals Database);
 - V. Toxic Chemicals Spectra Database (L30018): 4.022 espectros de produtos químicos tóxicos incluídos no banco de dados CAMEO da EPA para emergências químicas, no banco de dados de informações de resposta a perigos químicos da Guarda Costeira dos Estados Unidos (USCG Chris Hazardous Chemicals Database), no banco de dados de ameaças químicas do NIOSH e incluindo produtos químicos regulamentados pela Lei de Controle de Substâncias Tóxicas dos Estados Unidos;
 - VI. Pharmaceuticals, Drugs, and Antibiotics Spectra Database (L30020): 4.796 espectros de substâncias ativas e auxiliares comumente utilizadas na indústria farmacêutica.
 - VII. Excipients Database (L30022): 1.492 espectros de excipientes farmacêuticos e cosméticos;

Estação de trabalho:

Estação de trabalho autônoma e independente do FTIR em forma de gabinete ATX, capaz de realizar todas as funções de controle de funcionamento, aquisição de espectros, processamento e armazenamento de dados espectrais do equipamento de FTIR, e sua conexão se dará por cabo USB ou de eficiência equivalente. Esta estação de trabalho deverá ter as seguintes especificações mínimas: processador Intel Core i5 – 3,0 GHz ou superior; 32 GB de memória RAM DDR3 ou superior; disco em estado sólido (SSD M.2) de no mínimo 512 Gb para o Sistema operacional, disco rígido SATA 2 Tb interno para armazenamento de dados, com 32 Mb cachê ou superior; placa de vídeo dedicada (Off-board) com memória GDDR6 de 4GB ou superior, como a placa principal de sistema, se a busca de bibliotecas for realizada por GPU (conforme item 6); drive DVD 16X +/- RW; gabinete torre ou minitorre; teclado e mouse óptico laser; sistema operacional

Windows 10 profissional ou mais recente, 64 Bit; BIOS (ou forma equivalente) de plataforma configurável pelo usuário; monitor LCD color de 24" ou superior.

No-break:

Estabilizador de tensão; tipo microprocessado; potência de 1,5 KVA ou superior; tensão de saída 110 ou 220 V monofásico; variação de tensão de saída $\leq 5\%$; distorção harmônica total $\leq 2\%$.

Entrega:

- a. Instalação de todo sistema (hardware e software);
- b. Treinamento operacional mínimo de 15 horas por equipamento adquirido;
- c. Manual de operação;

Garantia:

Garantia completa de 5 anos, incluindo partes, peças, serviços, deslocamentos e diárias.

O fornecedor dará garantia ao(s) equipamento(s) ofertado(s), com assistência técnica in loco, ou seja, no local de uso do equipamento.

A garantia inclui a recuperação ou substituição de qualquer componente ou equipamento que apresente divergências nas suas características, ou qualquer erro de projeto e defeitos de fabricação, sem qualquer ônus para a Administração.

Os serviços de manutenção efetuados durante o período de garantia deverão ser executados pelo fabricante ou por empresa(s) reconhecida(s) e autorizada(s) pelo fabricante. Caso o tempo de reparo seja superior a 15 dias a empresa deverá disponibilizar um equipamento similar até a finalização do conserto.

Quando da necessidade de execução de qualquer prestação de serviço de manutenção durante o período de garantia, esta deverá ser prestada in loco mediante solicitação formal por parte da contratante;

Caso, durante o período de garantia, seja constatado qualquer defeito ou divergência nas características do(s) equipamento(s), a Administração comunicará o fato, por escrito, ao fornecedor, acordando o prazo para correção dos defeitos.

Caso esses defeitos resultem em importação de peça/parte do(s) equipamento(s), essa deverá ocorrer em até 30 (trinta) dias, a contar da comunicação dessa necessidade à Administração.

A manutenção corretiva tem prazo de até cinco dias para comparecer ao local onde se encontra o equipamento, a partir da confirmação do recebimento de sua convocação, para prestar os serviços de manutenção durante o período de garantia.

A Empresa vencedora deverá ter representante técnico no Brasil e estoque de peças suficiente para o atendimento dos problemas mais comuns encontrados nos equipamentos, para que o prazo de cinco dias possa ser atendido.



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MJSP - POLÍCIA FEDERAL

AUTORIZAÇÃO PARA INÍCIO DA FASE EXTERNA DO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90007/2024

O Ordenador de Despesas da Diretoria Técnico-Científica da Polícia Federal, no uso de suas atribuições legais do art. 1º, incisos III e V, da [Portaria nº 17.028/2023-DG/PF, de 16 de janeiro de 2023](#), atendendo as exigências da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, c/c o art. 2º, *caput*, e parágrafo único, *VII*, da Lei nº 9.784/99,

Considerando o teor das justificativas exaradas no Documento de Formalização da Demanda nº 15/2023 (34901843), bem como declarada a viabilidade da contratação no Estudo Técnico Preliminar Digital nº 31/2023 (35800327) e no Termo de Referência nº 127/2023-SEPLAB/DPLAD/INC/DITEC/PF (35800774) e anexos;

Considerando a necessidade de atualização e ampliação dos equipamentos instalados nas unidades de Criminalística da Polícia Federal, onde a maioria dos equipamentos se tornou oficialmente obsoleta, sendo que parte não possui mais peças de reposição no mercado, os demais já saíram de linha e, em breve, também serão de difícil manutenção corretiva e preventiva, fatos que prejudicam o atendimento das demandas judiciais para a emissão dos laudos em Química Forense;

Considerando o [Plano Estratégico da Polícia Federal 2024-2027](#), e que consta registro da demanda no PCA do exercício de 2024;

Considerando o valor total estimado de **R\$ 11.412.848,48 (onze milhões, quatrocentos e doze mil, oitocentos e quarenta e oito reais e quarenta e oito centavos)**, conforme média de valores coletados na pesquisa de preços atualizada (35467393 e 35467542);

Considerando a natureza do objeto se configurar em atividade de custeio, conforme [Portaria ME nº 7.828, de 30 de agosto de 2022](#), e posterior autorização da contratação pelo Diretor de Administração e Logística Policial - DLOG/PF, conforme art. 2º, *II, a*, da [Portaria nº 11.479/2020-DG/PF, de 12 de Fevereiro de 2020](#), e art. 3º, §2º do [Decreto nº 10.193, de 27 de dezembro de 2019](#);

Considerando os princípios da razoabilidade e da economicidade e mediante a necessidade da aquisição.

RESOLVE:

APROVAR o Termo de Referência nº 127/2023 (35800774) e o Estudo Técnico Preliminar nº 31/2023 (35800327).

AUTORIZAR, desde que obedecidas as formalidades legais em vigor, **o início da fase externa da licitação, com a publicação do edital e seus anexos, por Pregão Eletrônico por Sistema de Registro de Preços (SRP) para aquisição de Espectrômetros de Infravermelho com Transformada de Fourier (FT-IR).**

DECLARAR, para os devidos fins, que a despesa referente à presente contratação é compatível com a Lei Orçamentária Anual, conforme o artigo 16, parágrafo 4º da Lei complementar 101/2000.

ATRIBUIR, aos agentes de contratação designados na [Portaria nº 1.320/2023-DITEC/PF](#) (32139524), o acompanhamento do trâmite deste procedimento licitatório e a execução de quaisquer outras atividades necessárias ao bom andamento do certame.

ROBERTO REIS MONTEIRO NETO
Perito Criminal Federal



Documento assinado eletronicamente por **ROBERTO REIS MONTEIRO NETO, Diretor(a)**, em 12/07/2024, às 12:06, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://sei4.pf.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0&cv=36130106&crc=C3ED54B3.
Código verificador: **36130106** e Código CRC: **C3ED54B3**.